

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

EDUCAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

ALCINA MARIA DE CASTRO MARTINS¹

SANDRA DE FARIA²

RESUMO

As reflexões são resultadas de pesquisa internacional sobre políticas estratégicas de Estado para pesquisa e desenvolvimento com um enfoque na Educação Superior e o Serviço Social no Brasil e em Portugal e baseiam-se na hipótese de que as mudanças na finalidade e na funcionalidade da universidade fazem parte de um processo de proporções inéditas de financeirização e desnacionalização da educação.

Palavras chave: Serviço Social. Educação Superior. Mercantilização. Internacionalização. Brasil. Portugal.

RESUMEN

Las reflexiones son resultado de investigaciones internacionales sobre políticas estratégicas de Estado para la investigación y el desarrollo con enfoque en la Educación Superior y el Servicio Social en Brasil y Portugal y se basan en la hipótesis de que los cambios en el propósito y la funcionalidad de la universidad son parte de un proceso de proporciones sin precedentes de financiarización y desnacionalización de la educación.

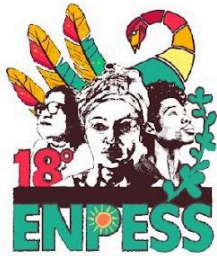
Palabras clave: Servicio Social. Educación universitaria. Comercialización. Internacionalización. Brasil. Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que integra a mesa coordenada para o XVIII ENPESS é mais uma produção proporcionada pela experiência de cooperação acadêmico científica internacional entre

¹ Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pesquisadoras e professoras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), localizada em Goiânia, capital do estado de Goiás, Brasil e do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), em Coimbra, região centro de Portugal.

O ISMT e a PUC Goiás são duas instituições de ensino universitário que oferecem cursos de graduação/licenciatura e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento e compartilham o pioneirismo das origens dos dois cursos de Serviço Social que participam na criação e consolidação dessas Instituições.

A cooperação internacional coordenada pelo Serviço Social da PUC Goiás e do ISMT baseia-se na mesma concepção e compromisso das iniciativas pioneiras na área de cooperação e solidariedade internacional para fortalecer, expandir e enriquecer o processo de qualificação acadêmica para a formação em Serviço Social, em ambos os países.

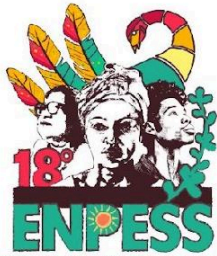
A experiência de internacionalização científica contou com uma equipe de pesquisa que incluiu, pesquisadores, professores, estudantes e coordenações dos cursos de Graduação/Licenciatura e Mestrado em Serviço Social da PUC GOIÁS e do ISMT como resultado do Protocolo de Cooperação firmado entre as duas instituições, desde 2016.

No âmbito da cooperação, destaca-se a participação de docentes do ISMT e PUC Goiás na Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, que tem entre seus objetivos propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa e promover a investigação sobre os fundamentos, o trabalho e a formação profissional nas suas diversas vertentes. A Rede é composta majoritariamente de investigadoras/es da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Porto Rico, Portugal e Uruguai, que trabalham em diferentes regiões/municípios: São Paulo e Osasco, Maceió, Mariana e Juiz de Fora; Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia (Brasil), Tandil e La Plata (Argentina); San Juan e Humacao (Porto Rico); Bogotá (Colômbia); Coimbra e Leiria (Portugal); Granada, Málaga e Palma de Maiorca (Espanha); Montevideu (Uruguai) (GUERRA, MARTINS E CARRARA, 2022).

Este trabalho, na perspectiva dos propósitos da Mesa Coordenada, tem como objetivo refletir sobre a expansão privatista e mercantilização da educação superior e as repercussões nas políticas públicas para o desenvolvimento da pesquisa e a produção do conhecimento, indicando tendências no Brasil e em Portugal.

2. EXPANSÃO PRIVATISTA E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As reflexões fazem parte de estudos e pesquisa internacional sobre as políticas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estratégicas de Estado para pesquisa e desenvolvimento com um enfoque na Educação Superior e o Serviço Social no Brasil e em Portugal e em produções e publicações originalmente apresentadas em congressos e simpósios internacionais de Serviço Social.

As análises resultam de investigação bibliográfica e de fontes documentais e partem da hipótese de que a mudança na finalidade e funcionalidade da universidade fazem parte de um processo de proporções inéditas de financeirização e desnacionalização da educação.

Nesta perspectiva, as orientações dos organismos internacionais e governos nacionais - e o denominado Processo de Bolonha é disso expressão - para a educação superior, no que diz respeito à diversificação institucional, flexibilidade nas modalidades e organização dos cursos, currículos e minimização dos conteúdos da formação, a expansão exponencial de instituições privadas e a prioridade para o ensino à distância norteiam políticas educacionais que acabam por garantir o predomínio de uma educação desnacionalizada e intrincada na lógica mercantil e financeira.

A União Europeia com a Estratégia de Lisboa (2000) fornece e confirma a direção neoliberal da educação superior, prevendo a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEEE) para dinamizar a competitividade europeia num sistema globalizado (2010). O denominado processo de Bolonha iniciado com a Declaração em Bolonha (1999) constituiu um acordo internacional, originalmente conduzido e impulsionado pela Comissão Europeia, pedra angular dessa política neoliberal, de contrarreformas na educação superior nos países membros da UE e/ou signatários de Bolonha.

Esta Declaração construiu o caminho e a definição de qual educação e qual formação eram necessárias para o mercado comum europeu e internacional, sob a lógica do capital, culminando em 2009 com a adesão de 46 países signatários e o controle do mercado de trabalho através da reestruturação da qualificação dos trabalhadores especializados e do ensino superior (MARTINS, 2019, p. 95).

Um novo perfil de trabalhador foi requerido (...). Da empregabilidade associada ao nível de escolaridade passou-se, preferencialmente, ao licenciado moldado sob a aquisição de competências e habilidades para competir no mercado de trabalho da sociedade do conhecimento do século XXI, com redução no tempo da formação da força de trabalho qualificada. (MARTINS, CARRARA, TOMÉ, 2015, p. 98).

Em escala mundial, o contexto de desregulamentação de ordenamentos jurídicos e institucional e de perdas substanciais de conquistas políticas e sociais que marcam a trajetória da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educação e da universidade como instituição social³, emergiu após 1973/1974 com o esgotamento da chamada era de ouro (Pós Segunda Guerra), crises de crescimento econômico nos países centrais e nos países periféricos, ofensivas do capital baseadas em mudanças tecnológicas e organizacionais, pautadas pela flexibilização, (des)regulamentação e privatização de direitos sociais e do trabalho.

As novas estratégias de acumulação do capital incluem mudanças nos parâmetros do conhecimento científico e políticas educacionais de expansão por meio de uma universidade-empresa, como organização prestadora de serviço, operacional⁴ e pulverizada sendo que,

é oportuno ressaltar que o processo de expansão e privatização da educação superior se insere nas novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional, por meio do mercado de capitais. Como parte desse processo, as instituições educacionais privadas vêm sendo estimuladas pelos governos a se expandirem, por meio da liberalização dos serviços educacionais, da desoneração fiscal e do sistema de crédito por meio do financiamento estudantil (CHAVES e AMARAL, 2016, p.53).

As empresas formadoras do mercado educacional concentram a expansão das instituições de ensino superior privadas, com organização pulverizada e capacidade de atender a interesses corporativos e constituir oligopólios por meio de fusões e pela negociação de suas ações na bolsa de valores (CHAVES, 2010).

Segundo Chaves “o estímulo à competitividade entre as instituições, direcionando as para o mercado, com a finalidade de contenção dos gastos públicos, passa a ser a tônica das propostas e projetos dos sucessivos governos neoliberais instalados no mundo do capital” (2015, p.430)

A mercantilização da educação superior faz parte de um processo macroscópico que determina seu enquadramento em um ambiente de competição de mercado, com IES voltadas

³ Nas palavras de Chauí, “A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. (...) Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático”. (2003, p.5 e 6).

⁴ A Universidade operacional, conforme analisa Chauí, é “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual” (2003, p.7).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para a criação de modelos inovadores de negócios, lucro e geração de valor, geridas por relações entre “consumidores e empresas educacionais” e políticas educacionais privatistas. Em vários países do mundo, há uma desvalorização dos bacharelados e das licenciaturas que compõem a grande área das Humanidades, com cursos ofertados a preços abjetos num cenário de altos índices de evasão e vagas não preenchidas em IES públicas.

No Brasil, a contrarreforma da educação altera os conteúdos de formação em artes, sociologia, filosofia, expressões corporais na educação básica. Sem falar no movimento da escola sem partido⁵.

A União Europeia com a reforma do ensino superior de Bolonha procedeu à reestruturação da qualificação profissional criando modalidades novas de formação no ensino superior, que anteriormente eram desenvolvidas no ensino secundário e ou em escolas profissionais, constituindo um ciclo curto de ensino superior. Neste sentido, entre 2006 e 2016, foram criados em Portugal, os Cursos de Especialização Tecnológica e em 2014 os Cursos Técnicos Superiores Profissionais - estudos superiores de curta duração (dois anos), não conferente de grau académico, mas de um diploma de técnico superior profissional. A criação destes cursos curtos de ensino superior, contribuem também para a fragilização da formação no ensino superior que por um sistema de creditação vêm a ingressar em cursos de licenciatura (MARTINS, 2019).

Na lógica de mercado a expansão a educação está vinculada à abertura de novos mercados e à criação de empresas de ensino de capital aberto que atuam no segmento educacional da bolsa de valores - BM & BOVESPA. Entre as maiores instituições desse segmento empresarial destacam-se, no Brasil, a Unopar/Anhanguera, Uniasselvi, Universidade Ceusumar, Estácio de Sá, Unip, Uninter, Unicsul, Estácio e Anhembí Morumbi.

A busca por novos consumidores é uma constante para esses grupos que vêm no trabalhador assalariado, de municípios com baixo IDH e “poucas oportunidades”, um nicho de expansão da modalidade de ensino a distância. Na escala mercadológica a educação e o conhecimento científico são privatizados, aumentando a polarização da riqueza social e do poder e conseqüentemente aprofundando a exploração da força de trabalho e as desigualdades sociais. A educação reduzida e funcional às necessidades do mercado forma sujeitos para o sistema de produção, ou seja, gerenciar a máquina produtiva (FARIA; MARTINS; SILVA, 2020)

⁵ No Brasil, o movimento fundamentalista denominado Escola Sem Partido direciona os seus ataques para a educação pública e, em especial, para as universidades, atribuindo-lhes de acordo com Leher “[...] um lugar de doutrinação ideológica, de predominância do que a ultradireita estadunidense denominou como ‘marxismo cultural’, uma proposição fantasmagórica, adjetivando, pejorativamente, as humanidades” (2019, p.23).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Registram-se igualmente em Portugal condições precárias no trabalho docente, com a sua intensificação, maiores cargas horárias, de 12 para 14 horas letivas, por semana, congelamento de progressão na carreira docente, contratos e salários precários, com exigências acrescidas de indicadores de produtividade na investigação, produção de conhecimento e internacionalização, sem as IES disporem de condições e recursos para tal.

A desnacionalização e financeirização leva à flexibilização dos processos de associação corporativa entre instituições, à criação de diversas formas jurídicas de consórcios ou parcerias entre instituições públicas e privadas e à flexibilização das fontes de financiamento. Conforme Antunes e Pinto “o experimento da ‘universidade corporativa’ é propagado para todo o espaço da educação formal, em todos os seus níveis, do ensino básico à pós-graduação” (2017, p.100).

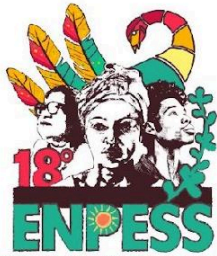
A ciência e a educação, reduzidas a serviços e produtos, revelam uma determinada cultura, incorporada às características típicas da mercadoria e da dinâmica capitalista. O padrão flexível pretendido pelo grande capital para a educação é também a formação de uma subjetividade flexível, desvalorizando a formação profissional integral e a perspectiva sócio-histórica e pública do conhecimento científico.

As mudanças na pós-graduação em diversos países do mundo envolvem a adoção de parâmetros e padrões de avaliação e financiamento que valorizam a internacionalização, o prestígio, a competitividade como pilares para a excelência e conhecimento novo. Note-se que não é mais a qualidade, muito menos a qualidade social, que norteia os parâmetros da avaliação da educação superior e principalmente da pós-graduação. Medidas para flexibilizar a pós-graduação

6
stricto sensu estão em andamento com os mestrados profissionais e, mais recentemente, com a utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem pelos programas de pós graduação *stricto sensu* no Brasil⁶.

No cenário das intervenções do Estado para pesquisa e desenvolvimento (P&D), a incorporação da inovação continua a ter uma importância central na pesquisa e na organização acadêmica das Universidades e instituições similares. A valorização da inovação como elo entre a universidade e o crescimento econômico converge com as profundas alterações nas fronteiras do conhecimento e das profissões, com impacto nos parâmetros de promoção e fomento da

⁶ A PORTARIA Nº 315, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, acolhe, nos termos do Parecer CNE/CP nº 14, de 5 de julho de 2022, aprovado por unanimidade, a utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem pelos programas de pós graduação *stricto sensu* no Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pesquisa científica, formação profissional e na avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação. Destacam-se estratégias para a internacionalização da ciência com múltiplas consequências e ênfase no papel do Estado, nas fontes de financiamento, na relação de P&D, na flexibilidade dos sistemas nacionais e estaduais de educação, entre outros.

As políticas de Estado de pós-graduação *stricto sensu* indicam tendências de mudanças nas políticas de indução à pesquisa, com prioridades para o desenvolvimento de processos, produtos e serviços inovadores e sua ocorrência, preferencialmente, deve ser em empresas privadas, com o comprometimento de recursos financeiros públicos de C&T, transferidos para a inovação.

A vinculação entre o papel das instituições de ensino/pesquisa e das empresas exige medidas que fragmentem as políticas de ciência e tecnologia e diferenciem a indução de áreas do conhecimento, fomento, financiamento e expansão. Isto materializa-se, por exemplo, na prioridade de construção de estruturas laboratoriais multiuso e parques tecnológicos, consumindo parte do orçamento das universidades destinado ao ensino, pesquisa e extensão das IES.

Destaca-se também a realidade de intensificação e precarização das condições de trabalho docente com a exigência de produção relacionada ao desenvolvimento de pesquisa aplicada com potencial de inovação, produção de patentes e à prestação de serviços, preferencialmente com cooperação internacional, com possibilidade de produção em larga escala e em curto espaço de tempo.

Observa-se que há uma adoção crescente de critérios que excluem as áreas das Ciências Sociais e Humanas do financiamento de projetos de pesquisa e bolsas, com prioridades para as áreas de fronteira do conhecimento.

No que se refere a formação de recursos humanos, são induzidos os mestrados profissionais (Brasil) ou pós-graduação a distância e ou semipresencial (Brasil e Portugal).

Diante do exposto, é feita uma breve reflexão sobre a internacionalização na educação superior, as tendências no Serviço Social no Brasil e Portugal, possibilidades e limites.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

Historicamente, a internacionalização da educação superior tem raízes na reconstrução de países na Europa após a 2ª Guerra Mundial, por meio de assistência técnica, acordos culturais e científicos, mobilidade estudantil e bolsas de estudo. O processo de mundialização e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

financeirização do capital em meados da década de 1970 teve impactos na internacionalização da educação.

A partir da década de 1990, o processo de internacionalização do ensino superior aprofundou-se, revelando como um tema prioritário nas agendas governamentais e de instâncias econômicas e políticas ao invés do espaço universitário, quando a educação se tornou um “serviço internacional possível de ser comercializado como um bem de mercado” (CASTRO; NETO, 2012). A Organização Mundial do Comércio em 1995, segundo Maués (2015), “estabelece e passa a regular os serviços educacionais e a propriedade intelectual. É o momento que de fato se começa a era de mercantilização, do empresariamento e da internacionalização da educação” (MAUÉS, 2015 apud GUERRA, MARTINS, CARRARA, 2022, p. 22).

O processo de internacionalização não é homogêneo, envolve diferentes entendimentos, sendo que para a Organização Mundial do Comércio é orientado pela tendência de mercantilização da educação, enquanto a UNESCO o associa à solidariedade, justiça e à equidade social (CASTRO; NETO, 2012).

Se as estratégias de internacionalização no ensino superior, na produção científica e tecnológica são cada vez mais frequentes em todo o mundo,

nem todas as regiões e os países se inserem nesse processo nas mesmas condições de igualdade, situação essa que pode aprofundar, cada vez mais, a distância, entre os polos de desenvolvimento. Esse fenômeno se observa, também, entre as instituições que se voltam para a pesquisa, com financiamento garantido e as instituições que se voltam essencialmente para o ensino, tornando-se, assim, instrumentais e sem condições de competir no mercado educacional (CASTRO; NETO, 2012, p. 14).

A internacionalização das instituições de ensino superior em Portugal foi impulsionada pela adesão e plena integração do Processo de Bolonha no Espaço Europeu de Investigação e de Ensino Superior. A participação do país em grandes organizações intergovernamentais, no Programa Erasmus+ e o “envolvimento nas diversas redes e infraestruturas de investigação, agências e programas científicos europeus e internacionais, em todos os domínios do saber”, são tendências que permeiam a Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 (PORTUGAL, 2016). Esta Resolução define ainda um conjunto de orientações gerais para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com outras políticas públicas de internacionalização; a valorização do processo de internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica em Portugal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

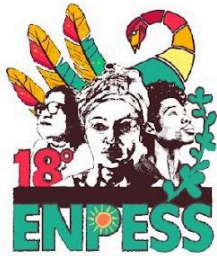
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No Brasil, estudos demonstram a inserção da pesquisa no ambiente científico internacional, com forte participação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. As ações de internacionalização acadêmica são desenvolvidas com o apoio das agências nacionais de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de parcerias internacionais de cooperação científica e tecnológica com vistas à consolidação de um novo padrão de inserção internacional, definindo temas estratégicos de pesquisa que elevem a competitividade e a inserção internacional do país, formando recursos humanos de nível internacional, dando continuidade aos programas de intercâmbio e fortalecendo a colaboração internacional (SANTIN, VANZ, STUMF, 2016)

Nesse sentido, é dada a prioridade à adoção dos modelos e métodos produtivistas, na publicação preferencialmente em língua inglesa, nas exigências do mercado global da pesquisa para obtenção de recursos financeiros, públicos ou de empresas, entre outros fatores

Em Portugal e no Brasil a trajetória do Serviço Social (re)conhece avanços significativos, conquistados desde a década de 1970, e conferidos à formação, à pesquisa, à produção de conhecimento acadêmico e ao diálogo com as áreas disciplinares das Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas.

Avanços na ampliação das atividades de investigação, multiplicidade de temas e objetos de estudo e apropriação de fundamentos histórico-analíticos e críticos são incorporados na literatura profissional, por meio da constituição de um corpus teórico na Área. Historicamente, pode-se dizer que, durante várias décadas, o Serviço Social no Brasil e em Portugal conviveram com a inexistência de uma produção teórica sistemática. Da produção acadêmica e do processo de conhecimento destacam-se a renovação dos fundamentos sócio-históricos e teóricos da sociedade capitalista, a questão social e as dimensões da profissão, quer nas dimensões da intervenção e investigação, quer nas dimensões teórico metodológicos, técnico-operativo, ético-político, estético e cultural. Cabe clarificar a expressão “produção teórica sistemática”. Para Lukács, as observações empíricas e os experimentos ideais abstrativos para Marx pressupõem uma prioridade do ontológico com relação ao mero conhecimento, nos seus próprios termos. Afirma que, “é claro, portanto, que o método da economia política – que Marx designa como uma ‘viagem de retorno’ – pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo sistematizante (que evidencia as leis e tendências,)” (LUKÁCS, 1979, p. 39). Como bem assinala Netto, o procedimento metodológico desta teoria consiste em partir do empírico (os ‘fatos’), apreender suas relações com outros conjuntos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente (NETTO, 1998).

A rigor, trata-se de extrapolar as produções de sistematização das práticas profissionais, para fundamentá-las conceitualmente, em seu processo histórico, sem perder de vista as contradições que as engendram. É necessário submeter a descrição do que é a profissão, o que faz e como se faz a sua conceitualização, a sua explicação histórica-teórico-metodológica (FARIA; MARTINS, 2020).

A defesa de um projeto ético político profissional de ruptura com o conservadorismo exige que a categoria e suas organizações, nos dois países, fortaleçam o processo de análise e o posicionamento crítico sobre a precarização do processo formativo diante das peculiaridades da ensino superior na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e a expansão privada mercantil da Educação Superior, no caso do Brasil, e sobre os impactos da Contrarreforma do Ensino Superior de Bolonha e as suas expressões nas Políticas de Ciência e Tecnologia em Portugal.

De acordo com Netto “a sociedade brasileira e o Serviço Social da segunda década do século XXI não são os mesmos dos decênios 1980/1990” (2016, p. 68).

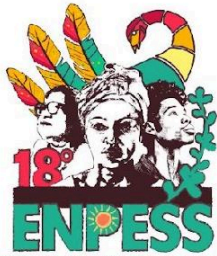
E avança propondo que “à reconstrução analítica que o movimento real do Serviço Social requer hoje se colocam tarefas de vulto - o que, para levá-la a bom termo, faz com que se tornem praticamente imperativos os trabalhos conduzidos coletivamente” (p. 69)

Na perspectiva da direção social do Projeto de Formação Profissional do Serviço Social nos dois países, vale reafirmar o caráter central do desenvolvimento na teorização profissional de análises que no marco de outra inteligibilidade, fundamentam-se na racionalidade dialética, histórica e crítica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a universidade operacional, produto das contrarreformas do Estado, num movimento comandado pelo grande capital em escala mundial com a associação subserviente de capitais nacionais, legalizou-se no reordenamento neoliberal das políticas de austeridade e dos ajustes fiscais da economia, ancorada no tripé da flexibilização, terceirização e privatização.

São mudanças impressas na concepção e institucionalidade da universidade para garantir



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o produtivismo do *ethos* capitalista, por meio da produção de conhecimento científico convertido em mercadoria

Estudos e a investigação internacional sinalizam tendências de mudanças nos sistemas de pós-graduação, mediando e modificando a intrincada relação entre a ciência, universidade produtivista, crise do capital e transformações societárias contemporâneas.

O Serviço Social no Brasil e em Portugal já compreendeu e incorporou em seus debates diferentes fundamentos analíticos sobre a relação entre o movimento da realidade e o processo de produção de conhecimento que almeja apreender e explicar os processos e determinações da sociedade burguesa.

A título de síntese e ponto de reflexão, observa-se que as transformações societárias, decorrentes da reestruturação do processo produtivo do capital, na sua base científica, tecnológica e social, tendem a direcionar a relação entre a universidade e o crescimento econômico, por meio de uma vinculação subalterna do papel das instituições de ensino/pesquisa aos interesses das empresas, subsumindo as funções educacionais, culturais, estética e pedagógica da escola/universidade ao domínio da lógica da mercantilização, da privatização e dos negócios.

Vale observar que a oferta de cursos na modalidade a distância, fruto da expansão privatista e mercantil da educação, do rebaixamento e barateamento da formação em Serviço Social, com a sua multiplicação em rápida velocidade, é responsável pela formação de um perfil profissional que instala uma contradição para o Projeto ético-político e a cultura intelectual crítica da profissão, pois se abrem lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e reforçam uma visão de profissão que remete ao conservadorismo teórico, político e cultural.

Um contexto sócio histórico de mudanças que abrange diferentes profissões e, sobretudo, a classe trabalhadora brasileira, portuguesa e mundial em sua morfologia, organização e resistência.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. A.; NETO, A. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina, **Revista Lusófona de Educação**, nº 21, Lisboa, 2012

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. In **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, abr.-jun, pp. 481-500. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. In **Revista Educação Temática Digital**, v. 17, n.2, pp. 427-441. 2015. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v17i2.8635212>

FARIA, S. de; MARTINS, A.; MIGUEL, W. L. (orgs.) **Formação em Serviço Social História, Memória e Projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal**. Goiás: Editora da PUC-Goiás, 2020.

FARIA, S. de; MARTINS, A. Investigação e produção de conhecimento nos cursos de mestrado em Serviço Social da PUC GOIÁS e ISMT – avanços e desafios. In FARIA, S.; MARTINS, A.; MIGUEL, W. L. (orgs.). **Formação em Serviço Social: história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal**. Goiás: Editora da PUC-Goiás, pp. 346-374. 2020.

12

FARIA, S. de; MARTINS, A; SILVA, E. Educação mercantilizada, desigualdade social e a reprodução ampliada do capital. In: ALMEIDA, L. P. (org.) **A Dialética das Desigualdades Sociais**. Campo Grande, Brasil: Editora da Universidade Dom Bosco, pp. 33-48. 2020.

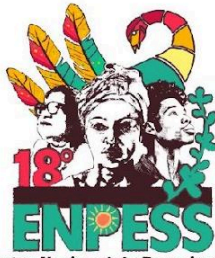
FARIA, S. de; MARTINS, A. As políticas estratégicas de Estado para pesquisa desenvolvimento: um enfoque na educação superior e o Serviço Social no Brasil e Portugal. In: **VI Seminário Internacional: Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo**

(América Latina, América do Norte e Europa). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. v. 3. pp. 1156-1166.

FARIA, S. de.; AVELAR, S.M. Ofensiva conservadora na educação superior e os desafios à formação em Serviço Social no Brasil. In **Revista Libertas**, vol. 20, n.1, p. 120 -139, jan/jun 2020. ISSN 1980-8518

HALFFMAN, W.; RADDER, H. A universidade produtivista se globaliza (e o mesmo acontece com a resistência). Trad. Marcos Babosa de Oliveira. In **Revista Adusp**, novembro, p.17-25. 2019. Disponível em www.adusp.org.br/imprensa/revista-adusp.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educação pública. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

LUKACS, Gyorg. **Ontologia do ser social**. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Sociais, 1979.

MARTINS, A. **Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

MARTINS, A. Processo de Bolonha, Ensino à distância e a formação em Serviço Social em Portugal. In: Vale, A.; Pereira, L. D. (Org.). **O Ensino à Distância na formação em Serviço Social**: análise de uma década. Rio de Janeiro, Brasil: Editora E-Papers, Serviços Editoriais Ltda, 2019.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. R. (2016). Serviço Social português e Serviço Social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. In **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**, pp. 365-388. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2016.

13

MARTINS, A.; CARRARA, V. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. In: Revista Em Pauta 33, pp. 205- 227. 2014.

NETTO, Jose Paulo. In: Marx, Karl & ENGELS. Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). São Paulo: Cortez, 2016.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016. **Diário da República**, 1.ª série — N.º 230 — 30 de novembro de 2016.

PRATES, C. P. O processo de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 214-224, jul./dez. 2019.



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social